

Técnico em Contabilidade

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
  - 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
  - 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
  - 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
  - 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
  - 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
  - 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
  - 8 Use caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta.
  - 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
  - 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
  - 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
  - 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
  - 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.
- 

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

## Prova de Redação

Assim como outras cidades brasileiras, Natal tem assistido, nos últimos anos, a uma escalada da violência. Em lista divulgada pela ONG mexicana *Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal*, Natal aparece como a décima terceira cidade mais violenta do Brasil. Esse problema tem motivado a produção de diversos textos, a exemplo da charge a seguir.



Disponível em: <<http://paduacampos.com.br/2012/wp-content/uploads/2013/06/fausto5.jpg>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

Colocando-se na posição de cidadão, escreva uma **carta aberta** à população natalense com o intuito de convencê-la a exigir providências do Poder Público para reduzir a violência na cidade.

## INSTRUÇÕES

- Ⓢ Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
  - ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
  - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
  - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
  - não ser escrita em versos;
  - conter, no máximo, 40 linhas;
  - respeitar as normas de citação de textos;
  - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

## ATENÇÃO

- Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
  - texto com até 14 linhas;
  - fuga ao tema ou à proposta;
  - letra ilegível;
  - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
  - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que sejam ofensivos.

## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

**(NÃO ASSINE O TEXTO)**

O texto abaixo servirá de base para as questões desta prova.

### Rio Doce: não foi acidente. Foi violência

*Rosana Pinheiro-Machado*

Sempre que eu vou a Porto Alegre, é a mesma coisa. O taxista reclama que não pode fazer o caminho que ele quer, porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda está fechado. Uma rua ia ser alargada para a Copa do Mundo, mas, no meio da obra, descobriu-se que não se podia mais continuar perfurando, porque encontravam (veja bem) uma rocha no meio do caminho. Tudo ficou mais caro.

A Prefeitura dizia que é culpa da empresa, que deveria ter previsto o problema, mas a empresa queria que a prefeitura cobrisse o valor extra da obra. Aquele velho empurra-empurra. O buraco e seus desvios já viraram parte da paisagem da cidade. A obra está ali, já fazendo aniversário de três anos. E a sensação de todos que passam por tantas obras inacabadas ou malfeitas no Brasil é que elas nunca serão plenamente concluídas. E quem tem a sua vida transtornada somos todos nós.

A velha aliança que se perpetua entre o Estado brasileiro e o capital – às vezes competindo, às vezes cooperando, mas sempre lucrando – é uma máquina de matar e deixar morrer. A estrutura burocrática e reguladora brasileira nos irrita, nos machuca e nos desrespeita. Mas esse *modus operandi* causa muito mais do que horas trancadas no trânsito ou a desilusão de ver uma cratera estampada. Ele também produz dor, sofrimento e morte.

Valores para as campanhas? Licitações facilitadas. Mais uma ponte caiu. A obra está cara? O Estado não fiscaliza? Mais uma barragem se rompeu. A empresa aérea sofre uma crise e cortam-se os custos da manutenção? Quem fiscaliza? Mais um avião caiu.

Choveu e abriu buraco na estrada? Passe-se aquele cimento mais barato. Assim, quando chover de novo, o Estado paga para tapar os buracos, e a empresa ganha sempre. Afinal de contas, para que investir em material duradouro se o Brasil é país tropical em que quase nunca chove forte? O resultado dessa ganância é perverso: acidentes, corpos mutilados e vidas interrompidas por causas que poderiam ter sido evitadas, mas que são naturalizadas como “acidente”.

Não se trata de acidente. Trata-se de um crime praticado pelo Estado e pelas empresas que deveriam ser controladas pelo Estado, mas que, na verdade, controlam o Estado.

Trata-se, portanto, de violência estrutural – conceito adotado por antropólogos como Veena Das, Arthur Kleinman, Paulo Farmer e Akhil Gupta para dar visibilidade a uma forma de sofrimento causado por estruturas sociais: pelo descaso, pela corrupção e pela ausência do Estado na fiscalização (o mesmo Estado que sabe fazer-se onipresente e ostensivo quando se trata de correr atrás de camelô porque os lojistas da cidade estão pressionando).

A dor causada a milhares de pessoas e a morte de milhares ou milhões de animais ao longo do Rio Doce não foram acidentais. Não foi um desastre natural inevitável. Violência não é apenas o ato deliberado de força mas também os atos invisíveis da incompetência ou má fé judicial, política e administrativa. É preciso nomear claramente esta tragédia. Uma vez que admitimos que o que ocorreu na obra da Samarco (uma parceria da BHP e da Vale) foi um ato de violência – produzida pelo descaso e pela ganância que “deixam morrer” – é preciso identificar os culpados, que, neste caso, são agentes específicos do mercado e das agências controladoras do Estado.

Não foi acidente. Não foi seleção natural. E a população brasileira não faz parte desse jogo em que se acredita que “os políticos corruptos são reflexo de um povo corrupto”. O taxista de Porto Alegre continua a se indignar, todos os dias. Eu me indigno. Você se indigna. Nós nos sentimos desrespeitados e impotentes.

As mídias sociais encorajam e nos ajudam a encontrar aqueles outros milhões de perdidos que também não querem esquecer. Não há milagre para romper com esse ciclo de violência estrutural que se perpetua na sociedade brasileira. Podemos contar somente com a mobilização e o engajamento no projeto democrático – que ainda estamos construindo a duras penas, mas de que não desistiremos tão fácil. Por ora, cabe a nós entoar o grito “não foi acidente”, pressionar por medidas reparadoras e acompanhar a sua implementação.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-foi-acidente-foi-violencia-635.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [Adaptado]

01. O propósito comunicativo **dominante** no texto é
- A) sustentar a ideia de que tragédias ambientais e humanas são uma espécie de violência resultante da aliança entre Estado e capital.
  - B) denunciar as consequências nefastas oriundas da aliança entre o Estado brasileiro e o poderio econômico das empresas privadas nacionais e estrangeiras.
  - C) elencar os diversos problemas infraestruturais por que passam milhares de cidadãos brasileiros cotidianamente.
  - D) conclamar os cidadãos brasileiros a unirem-se no combate à corrupção no país, por meio das redes sociais.

02. O texto configura-se como
- A) artigo de opinião, com forte presença dos tipos textuais argumentativo e injuntivo.
  - B) artigo informativo, com forte presença dos tipos textuais explicativo e descritivo.
  - C) artigo informativo, com predomínio do tipo textual explicativo.
  - D) artigo de opinião, com predomínio do tipo textual argumentativo.

03. Tomando por base uma leitura global, considere as seguintes afirmativas acerca de parágrafos do texto:

I	No primeiro parágrafo, insinua-se que, no Brasil, obras públicas são mal planejadas.
II	No terceiro parágrafo, apresenta-se o ponto de vista defendido ao longo do texto.
III	No quinto parágrafo, desenvolve-se ideia introduzida no quarto parágrafo.
IV	No décimo parágrafo, conclui-se a discussão sem que sejam apresentadas informações novas.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
  - B) I e III.
  - C) II e IV.
  - D) III e IV.
04. Acerca dos modos de citação do discurso alheio, é correto afirmar:
- A) no oitavo parágrafo, utiliza-se uma citação direta.
  - B) no quinto parágrafo, emprega-se o recurso da ilha textual.
  - C) no primeiro parágrafo, recorre-se ao uso de citação indireta.
  - D) no décimo parágrafo, faz-se uso de aspas de distanciamento.
05. De acordo com o texto, depreende-se que
- A) parte dos cidadãos brasileiros acredita que os problemas enfrentados pelo país são decorrentes de causas naturais ou acidentais.
  - B) um exorbitante número de obras públicas, no Brasil, leva mais tempo do que o necessário e é motivo de reclamação por parte de cidadãos.
  - C) a estrutura burocrática brasileira causa problemas mais sérios do que aborrecimentos de trânsito triviais e degradação de paisagens.
  - D) o jogo de empurra-empurra de responsabilidades entre União, Estados e Municípios é o responsável pelo desastre no Rio Doce.

- 06.** O título do texto
- A) mostra-se inadequado ao gênero discursivo em questão.
  - B) é pouco revelador da temática desenvolvida ao longo dos parágrafos.
  - C) contradiz aspectos presentes no desenvolvimento do texto.
  - D) sinaliza a posição do autor em relação à discussão promovida.
- 07.** A linguagem empregada no texto é
- A) predominantemente denotativa.
  - B) predominantemente conotativa.
  - C) exclusivamente denotativa.
  - D) exclusivamente conotativa.
- 08.** Quanto à linguagem empregada no texto, optou-se por
- A) um tom informal em razão da necessidade de se atingir o público leitor.
  - B) um tom formal devido à vulgarização da temática discutida.
  - C) um registro mais formal em razão das exigências da situação comunicativa.
  - D) um registro mais informal devido à natureza do gênero discursivo.

**As questões 09 e 10 referem-se ao trecho a seguir.**

Sempre que eu vou a Porto Alegre, é a mesma coisa. O taxista reclama que não pode fazer o caminho que ele quer, porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda está fechado.

- 09.** Se o tempo verbal empregado no trecho fosse o pretérito imperfeito do indicativo, e o sujeito do primeiro período fosse a primeira pessoa do plural, a reescrita correta seria:
- A) Sempre que eles iam a Porto Alegre, era a mesma coisa. Os taxistas reclamaram que não podiam fazer o caminho que eles queriam porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda estava fechado.
  - B) Sempre que eles foram a Porto Alegre, foi a mesma coisa. O taxista reclamava que não podia fazer o caminho que ele queria porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda estava fechado.
  - C) Sempre que nós fomos a Porto Alegre, foi a mesma coisa. Os taxistas reclamaram que não podem fazer o caminho que eles querem porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda está fechado.
  - D) Sempre que nós íamos a Porto Alegre, era a mesma coisa. O taxista reclamava que não podia fazer o caminho que ele queria porque um trecho da Avenida Anita Garibaldi ainda estava fechado.
- 10.** Considere as seguintes afirmativas sobre a organização do trecho.

I	O primeiro período é composto por coordenação.
II	O segundo período é composto por subordinação.
III	O trecho é composto por cinco orações organizadas em dois períodos.
IV	O segundo período tem valor semântico de aposto em relação ao primeiro.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) I e III.

11. O plano de seguridade social do servidor, previsto na Lei nº 8.112/90, estabelece normas referentes a diversos benefícios. Nos termos da referida lei, são beneficiários de pensão:
- A) companheiros ou companheiras que comprovem união estável como entidade familiar.
  - B) filhos menores de vinte e quatro anos.
  - C) pai e mãe, mesmo que não dependam economicamente do servidor.
  - D) filhos inválidos até vinte e um anos de idade.

12. À luz das normas referentes à revisão de processo disciplinar, previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), considere as afirmativas a seguir.

I	Da revisão do processo, poderá resultar agravamento de penalidade.
II	Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
III	A comissão revisora terá sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.
IV	O processo disciplinar somente poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
  - B) I e III.
  - C) II e IV.
  - D) I e IV.
13. Um servidor público federal foi investido em mandato de Deputado Distrital. Considerando as disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor
- A) ficará afastado do cargo, podendo optar pela sua remuneração.
  - B) não será afastado do cargo se houver compatibilidade de horário.
  - C) ficará afastado do cargo enquanto durar o mandato eletivo.
  - D) não será afastado do cargo, independentemente de compatibilidade de horário.
14. De acordo com as normas expressas na Lei nº 8.112/90, considere as afirmativas a seguir, referentes a férias e gratificação por encargo de curso e concurso.

I	É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
II	O valor da gratificação por encargo de curso e concurso será calculado em horas, observadas a natureza e a complexidade da atividade exercida.
III	O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de três períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
IV	A gratificação por encargo de curso ou concurso poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) I e II.



A partir do caso relatado a seguir, responda as questões de 21 a 24.

Uma editora universitária recebeu encomenda para produzir um livro de Química Analítica, com tiragem inicial de 1.500 exemplares. Durante o mês de março, essa foi a única encomenda recebida e processada. Ao final do mês, o setor de controladoria apurou os seguintes eventos ocorridos no período:

I	Aquisição de 1.000 kg de papel offset por R\$ 10.000,00 a prazo;
II	Recebimento de fatura de telefonia e internet do mês de março, com vencimento em abril, no valor de R\$ 500,00;
III	Apontamento de 800 horas de trabalho dos técnicos de impressão e encadernação, no valor unitário de R\$ 5,00;
IV	Depreciação de máquinas e equipamentos da produção contabilizada em R\$ 1.500,00;
V	Pagamento de fatura de energia elétrica consumida em fevereiro, no valor de R\$ 3.600,00;
VI	Consumo de tinta para impressão, no valor de R\$ 1.200,00;
VII	Consumo de cola para encadernação, no valor de R\$ 100,00;
VIII	Pagamento de 50% do valor do papel adquirido;
IX	Depreciação do prédio contabilizada em R\$ 2.000,00;
X	Requisição de 800 kg de papel offset para produção;
XI	Recebimento de fatura de energia elétrica do mês de março, com vencimento em abril, no valor de R\$ 4.500,00;
XII	Apropriação do gasto de assinatura de TV, referente ao mês de março, no valor de R\$ 800,00;
XIII	Pesagem de aparas de sobra de papel cortado: 20kg.

Medições realizadas pelo setor de engenharia da universidade apontam que a área ocupada pela produção é de 75% de toda a área da editora, e que a energia consumida pela área administrativa corresponde a apenas 10% da energia total consumida pela editora. Tais informações são levadas em conta na apropriação dos gastos indiretos correspondentes a essas medições.

21. Para uma apropriada gestão de custos, faz-se necessária a correta separação de custos, despesas, investimentos e perdas. Analisando os eventos apurados pela controladoria, é correto afirmar que

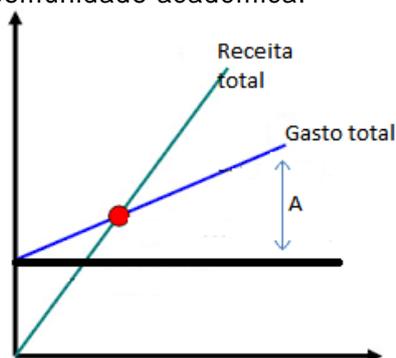
- A) ocorreram seis eventos de despesa.
- B) ocorreu apenas um evento de perda.
- C) ocorreram nove eventos de custo.
- D) ocorreu apenas um evento de investimento.

22. Dentre as classificações de custos utilizadas na gestão, está a que separa os custos de acordo com sua forma de alocação ao objeto de custo.

Dentre os eventos apurados pela controladoria, aqueles que se caracterizam como custos diretos são:

- A) I, VII, VIII, X.
- B) I, IV, VI, VII.
- C) III, VI, VII, X.
- D) III, VIII, XIII.

23. A apuração do custo de um produto ou serviço pode ser realizada utilizando - se diferentes métodos de custeio. Os custos da encomenda, apurados pelo custeio por absorção e pelo custeio direto são, respectivamente,
- A) R\$ 24.600 e R\$ 19.200.  
 B) R\$ 22.600 e R\$ 18.400.  
 C) R\$ 20.350 e R\$ 17.350.  
 D) R\$ 21.300 e R\$ 16.800.
24. Os fatos contábeis são classificados como permutativos, modificativos aumentativos, modificativos diminutivos e mistos.  
 Os eventos IV, V e XII são classificados, respectivamente, como fatos:
- A) modificativo diminutivo, misto e modificativo diminutivo.  
 B) permutativo, permutativo e modificativo diminutivo.  
 C) permutativo, modificativo diminutivo e misto.  
 D) modificativo diminutivo, modificativo diminutivo e misto.
25. A figura a seguir representa o ponto de equilíbrio de um restaurante universitário, que fornece refeições diárias à comunidade acadêmica.



A distância representada pela letra A, na figura, corresponde

- A) à margem de contribuição por refeição produzida.  
 B) à margem de contribuição por refeição vendida.  
 C) ao gasto variável por refeição produzida.  
 D) ao gasto variável por refeição vendida.
26. A Resolução CFC nº 1.282/2010 atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/1993, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Em seu Artigo 1º, a citada Resolução modificou a nomenclatura para Princípios de Contabilidade e o número de princípios sofreu a seguinte alteração:
- A) Redução de 7 para 6, pois a atualização monetária foi definitivamente excluída das normas contábeis brasileiras, como consequência da estabilidade da moeda, que teve origem com o Plano Real, em 1994.  
 B) Ampliação de 6 para 7, com a inclusão do princípio da primazia da essência sobre a forma, que valoriza a essência de cada operação ao invés do que está descrito em um documento, nota fiscal ou contrato.  
 C) Redução de 7 para 6, pois a atualização monetária deixou de ser um princípio e passou a ser uma base de mensuração da variação do custo histórico.  
 D) Ampliação de 6 para 7, com a inclusão da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, por meio do CPC 00.

- 27.** A direção do restaurante universitário de uma Instituição de Ensino Superior do interior de Minas Gerais decidiu adotar a metodologia de custo-padrão para apurar os custos das refeições produzidas. Após diversos ensaios, foi apurado que uma refeição servida em bandeirão tem o seguinte padrão de custo de matéria-prima: 0,45kg ao preço de R\$ 8,00/kg. Ao final do mês, foram apuradas as seguintes informações:
- número de refeições fornecidas = 60.000
  - custo de matéria-prima consumida = R\$ 240.000,00
  - quilos de matérias-primas consumidas no preparo das refeições = 25.200
- Com base nessas informações, é correto afirmar:
- A)** a variação mista verificada é favorável.
  - B)** a variação de preço verificada é favorável.
  - C)** a variação de quantidade verificada é desfavorável.
  - D)** a variação de volume verificada é nula.
- 28.** A Resolução CFC nº 1.185/2009, que aprova a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – define os critérios para que um ativo seja classificado como circulante. Um desses critérios é que o ativo
- A)** seja caixa ou equivalente de caixa e seu uso para liquidação de passivo seja permitido apenas doze meses após a data do balanço.
  - B)** seja mantido essencialmente com o propósito de não ser negociado antes da apuração de seu valor recuperável.
  - C)** seja realizado até doze meses após a apropriação de sua última cota de depreciação.
  - D)** seja realizado ou pretensamente vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- 29.** A Resolução CFC nº 1.366/2011, que aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, define as características e atributos da informação de custos. São exemplos de atributos da informação de custos:
- A)** oportunidade, comparabilidade, materialidade e uniformidade.
  - B)** relevância, oportunidade, valor social e granularidade.
  - C)** especificidade, unidade, abrangência e representatividade.
  - D)** comparabilidade, utilidade, fidedignidade e adaptabilidade.
- 30.** As análises vertical e horizontal são importantes técnicas de análise de demonstrações financeiras, como, por exemplo, do Balanço Patrimonial. Por meio dessas técnicas, pode-se verificar quais são os principais tipos de ativos e como a relevância de cada ativo alterou-se nos últimos períodos. Sobre essas técnicas de análise, é correto afirmar:
- A)** a análise horizontal verifica a estrutura de composição de itens das demonstrações financeiras e a sua evolução ao longo do tempo.
  - B)** a análise vertical permite detectar os motivos pelos quais o resultado de uma organização melhora ou piora de um período para outro.
  - C)** a análise horizontal aponta como um componente de uma demonstração financeira alterou-se ao longo do tempo, comparando os valores de um período para o outro.
  - D)** a análise vertical compara os valores de uma demonstração de um determinado período com os valores dessa mesma demonstração em períodos anteriores.



35. Quando se registram operações, no campo do controle e variações patrimoniais, as receitas e despesas devem ser contabilizadas seguindo determinados princípios. Os princípios que devem seguir as receitas e as despesas são, respectivamente:
- A) Caixa e Caixa.
  - B) Competência e Caixa.
  - C) Caixa e Competência.
  - D) Competência e Competência.
36. As demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público, são:
- A) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
  - B) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações Consolidadas.
  - C) Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e Notas Explicativas.
  - D) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
37. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é estruturado de acordo com a natureza das informações. Essas informações são classificadas como:
- A) Orçamentária, Financeira e Patrimonial.
  - B) Orçamentária, Patrimonial e de Controle.
  - C) Orçamentária, Patrimonial e de Custos.
  - D) Orçamentária, de Controle e de Custos.
38. O PCASP possui estrutura básica em nível de classe e grupo. Exemplos de classes que representam naturezas de informações Patrimoniais e Orçamentárias são, respectivamente:
- A) 1 e 2; 5 e 6.
  - B) 5 e 6; 7 e 8.
  - C) 3 e 4; 7 e 8.
  - D) 1 e 2; 3 e 4.
39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o balanço patrimonial está subdividido nos grupos de ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante e patrimônio líquido. São exemplos de contas classificadas no passivo circulante:
- A) encargos de retenção sobre a folha e ajustes de exercícios anteriores.
  - B) precatório a pagar (CP) e depósitos restituíveis.
  - C) depósito de terceiros a receber (CP) e PNC (financiamentos internos de LP).
  - D) pessoal a pagar (CP) e operações de créditos por antecipação de receita.

40. Os estoques estão interligados às principais áreas de operação dos órgãos e entidades do setor público e representam itens de grande relevância. São exemplos de estoques materiais de consumo e materiais permanentes. Sobre estoques, leia as afirmativas abaixo:

I	Os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição ou de produção ou de construção.
II	Se o valor de aquisição ou de produção for maior que o valor de mercado, não é necessário fazer nenhum tipo de ajuste: o valor a ser contabilizado permanecerá o mesmo.
III	Quando houver deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, deve-se considerar o valor de mercado.
IV	Os estoques de animais, de produtos agrícolas e extraídos devem ser mensurados pelo valor de aquisição ou por valor justo quando esse for mensurado com confiabilidade.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.            B) I e III.            C) II e IV.            D) II e III.**
41. Segundo o MCASP, os bens imobilizados tangíveis são mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. Consideram-se imobilizados, os bens imóveis que são classificados como bens de uso especial, bens dominiais, bens de uso comum do povo e bens imóveis em andamento. São submetidos à contabilização facultativa
- A) os bens semoventes.**  
**B) os bens do patrimônio cultural.**  
**C) os bens imóveis em andamento.**  
**D) os bens dominiais.**
42. Ativos imobilizados obtidos gratuitamente, de acordo com a MCASP, deverão ser registrados na contabilidade. Seu registro e mensuração devem ser feitos considerando-se o
- A) custo no momento do seu reconhecimento.**  
**B) custo para repor seu potencial de serviço bruto.**  
**C) valor justo na data de sua aquisição.**  
**D) preço à vista ou o seu valor justo na data do reconhecimento.**
43. No final de 2015, uma prefeitura lançou em restos a pagar uma despesa com a reforma de uma escola municipal que fora empenhada pelo valor estimado de R\$ 70.000,00. Em 2016 a prefeitura foi efetuar o pagamento desse resto a pagar e identificou que o serviço a ser pago tinha como valor real R\$ 79.800,00. O procedimento para contabilização da diferença é
- A) cancelar a diferença como despesa do exercício não provisionada.**  
**B) empenhar a diferença na conta de despesas de exercícios anteriores.**  
**C) empenhar a diferença por meio de créditos suplementares no exercício anterior.**  
**D) cancelada a diferença e ajustado no exercício como despesa orçamentária.**
44. As obrigações constituem um conjunto de dívidas do ente público para com terceiros. As obrigações nas quais a inscrição constitui ingresso extraordinário, e seu resgate, desembolso extraorçamentário, podem ser classificadas como Dívida
- A) Orçamentária.**  
**B) Fundada.**  
**C) Flutuante.**  
**D) Consolidada.**

45. Dívida Ativa é definida como um conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública. Sobre Dívida Ativa, é correto afirmar:
- A) os créditos vencidos poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, independente de terem sido anteriormente reconhecidos como créditos a receber no ativo do órgão ou entidade de origem do crédito.
  - B) a inscrição do crédito em Dívida Ativa configura fato contábil permutativo, pois o valor do patrimônio líquido do ente público permanece o mesmo.
  - C) a baixa da Dívida Ativa poderá ocorrer apenas com recebimento em espécie, recebimento de bens ou de direitos e abatimento ou anistia, mediante previsão legal.
  - D) no recebimento de bens e direitos para procedência da baixa da Dívida Ativa, é necessário fazer o lançamento apenas nos subsistemas de controle e patrimonial.

46. Uma Prefeitura disponibilizou as seguintes informações do período:

Impostos (receitas) – R\$ 170.000	Redução ao valor recuperável – R\$ 18.000
Incorporação de passivo – R\$ 17.800	Descontos financeiros obtidos – R\$ 5.000
Custo do serviço prestado – R\$ 240.000	Reavaliação de ativos – R\$ 38.000
Reversão de redução ao valor recuperável – R\$ 10.000	Desincorporação de passivo – R\$ 20.000
Exploração de bens – R\$ 70.000	Vendas de mercadorias – R\$ 320.000
Uso de materiais de consumo – R\$ 20.000	Depreciação – R\$ 47.500
Remuneração de pessoal – R\$ 725.000	Subvenções econômicas – R\$ 15.200
Descontos financeiros concedidos – R\$ 3.500	Desincorporação de ativo – R\$ 7.000
Transferências intragovernamentais (recebidas) – R\$ 560.000	Transferência intragovernamentais (concedidas) – R\$ 31.000

Considerando-se as informações presentes nesse quando, o resultado do patrimônio líquido do período é

- A) (R\$ 11.600)
  - B) R\$ 18.400
  - C) R\$ 68.000
  - D) (R\$ 72.000)
47. Segundo o MCASP, a apresentação das Variações Patrimoniais Qualitativas é considerada facultativa apenas para fins de consolidação. Essa apresentação poderá ser feita por meio de notas explicativas. São exemplos de fatos que compõe essas variações:
- A) construção de obras públicas; alienação de bens pelo valor contábil e realização de operações de créditos.
  - B) arrecadação de tributos anteriormente contabilizado como direito a receber, aquisição de bens móveis e ajustes a valor recuperável de ativos.
  - C) apropriação de obrigações com pessoal e seus encargos a partir do fato gerador, redução de estoque pelo consumo e depreciação.
  - D) reavaliação positiva de ativos, cancelamento de obrigações a pagar e arrecadação de recursos sem o lançamento do direito a receber anterior.
48. Contabilmente, o reconhecimento de crédito tributário do Imposto Predial e Territorial Urbano e a sua arrecadação deverão ser lançados, respectivamente, nos subsistemas
- A) orçamentário; patrimonial.
  - B) patrimonial; patrimonial e orçamentário.
  - C) orçamentário e de controle; orçamentário.
  - D) patrimonial e orçamentário; orçamentário e de controle.

**Os dados a seguir devem ser considerados para responder as questões 49 e 50:**

Uma Prefeitura disponibilizou as seguintes informações para que fosse levantada a sua geração líquida de caixa.

Alienação de bens – R\$ 22.000	Diárias (pagas) – R\$ 3.500
Operações de créditos – R\$ 90.000	Impostos (recebimento) – R\$ 110.000
Pessoal (folha bruta) – R\$ 495.000	Transferência de capital recebida – R\$ 130.000
Transferência recebida (FPM) – R\$ 620.000	Amortização de empréstimos concedidos – R\$ 6.300
Amortização de dívida – R\$ 420.000	Pagamento de restos a pagar – R\$ 15.000
Devolução de cauções – R\$ 37.500	Dívida ativa – R\$ 85.000
Concessão de empréstimos – R\$ 15.700	Retenção da folha de pagamento – R\$ 20.000

**49.** Com base nessas informações, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é

- A)** (R\$ 336.000)
- B)** R\$ 264.000
- C)** R\$ 284.000
- D)** (R\$ 298.500)

**50.** Considerando essas informações, o resultado da geração líquida de caixa é:

- A)** R\$ 116.600
- B)** R\$ 96.600
- C)** R\$ 134.600
- D)** R\$ 74.600